

A EDUCAÇÃO COMO FONTE E FORMA DE PODER

Gilvan Dias de Lima Filho (gilvandl@gmail.com)*
Nicolino Trompieri Filho (nicolino_trompieri@yahoo.com.br)**

RESUMO

Ainda que se considerem os desenvolvimentos conceituais e práticos recentes em relação ao papel da educação e suas atividades em seus critérios formativos, sua essência permanece atrelada a construção da sociedade em seus mais variados aspectos, sobretudo, político. Político como sinonímia de poder. Poder que se apresenta como dupla tríade: três fontes que outorgam a capacidade de seu uso – a personalidade, o patrimônio e a organização – e três instrumentos para o seu exercício – o coercivo, o compensatório e o condicionado. Prontamente, buscando aclarar o curso da história, este ensaio pretende ressaltar a ausência do princípio do equilíbrio e da imparcialidade da educação dentro do contexto social, não porventura condicionada pelas relações sociais de produção da vida material. Assim, a educação, longe de ser concebida como harmoniosa e transparente, é modulada por interesses antagônicos de classes, sempre reunidas por um fim comum, não necessariamente e coletivamente nobre.

Palavras-chave: Educação, Poder; Fontes e Formas.

ABSTRACT

Considering the recent conceptual and practical developments in relation to their role of education and training activities in its criteria, its essence remains linked to the construction of society in its various aspects, especially political. Political As a synonym of power. Power is presented as a double trio: three sources that provide the ability to use them - the personality, heritage and organization - and three instruments for your exercise – the oppressing, the compensatory and the conditioning. Immediately, trying to make clear the course of history, this work try to highlight the absence of the principle of balance and impartiality of education within the social context, perhaps not constrained by the social relations of production of material life. Over though, education, far from being conceived as smooth and transparent, is made of antagonistic interests of classes, always linked by a common purpose and collectively not necessarily noble.

Keywords: Education, Power, Sources and Forms.

***Gilvan Dias de Lima Filho** – Doutorando em Educação Brasileira no Eixo – Filosofia e Sociologia da Educação, na Linha de Pesquisa – Economia Política, Sociabilidade e Educação, pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestre em Economia Rural e Regional pela Universidade Federal de Campina Grande; Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Professor Efetivo da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Centro de Desenvolvimento do Semiárido (CDSA).

****Nicolino Trompieri Filho** – Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2000) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2007). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal do Ceará. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas Educacionais.

1 Introdução

O Estado possui o monopólio legal do uso da força, na sociedade. Mas não do poder. Para este, não há exclusividade: todos, com frequência absoluta e com maior ou menor sucesso, tentam estabelecê-lo nas relações pessoais, sociais, culturais e políticas. É um valor desejado universalmente.

Indivíduos e grupos buscam o poder como forma de realização de seus interesses materiais e de propagação de seus valores. Mas também por consideração ao próprio poder: pela recompensa emocional inerente à sua posse e exercício.

Por possuir um significado tão próximo ao senso comum, raramente se cogita de sua própria definição. O poder na sociedade, entretanto, pode ser definido como “a capacidade de submeter comportamentos a certos propósitos”. Quanto maior essa capacidade, maior o poder.

Michel Foucault, partindo de seu livro “Vigiar e Punir (1975)”, perpassando em sua obra “Nascimento da Biopolítica (1978/79)” e ratificando na sua coletânea “Microfísica do Poder (1979)”, se propôs realizar uma genealogia do poder, um exame das relações entre saber e poder, ciência e dominação, controle, na formação da sociedade contemporânea. Essa “genealogia” parte da constatação de que o poder é exercido na sociedade não apenas através do Estado e das autoridades formalmente constituídas, mas de estilos os mais distintos, em uma diversidade de sentidos, em níveis exclusivos e variados, muitas vezes sem que o submissor e o submisso percebam com nitidez seus atos e comportamentos.

Diante desta perspectiva, esse trabalho busca correlacionar o papel da educação como fonte e forma de poder. Fonte por ser uma das causas de formação e revelação das normas sociais de dominação. Forma por se tratar de uma noção responsável pela motivação de um dado conteúdo, embora tal motivação não nasça necessariamente de uma experiência empírica, mas sim, por assim dizer, de uma experiência mental.

Assim, a escola passa a ser vista dentro de uma conotação sócio-política. Social por estudar o homem e seus fenômenos coletivos, em suas relações de interdependência, buscando compreender as singularidades sistêmicas de suas ações e reações. Política por designar a forma de atividade ou de *práxis* humana vinculada ao ajustamento da consistência dos meios à obtenção de vantagem ou como um conjunto dos meios que proporcionam alcançar os resultados esperados individualmente ou em grupo.

2 A interação entre educação e poder

Todo fenômeno é considerado como produto ou resultado de uma causa, seja ela necessária ou prescindível, digna ou corruptível, eficiente ou inábil. Em outras palavras, o termo correlativo de causa é sempre efeito. Apesar da aparente simplicidade esta interação direta de conceitos torna-se de difícil segregação quando observado fatos práticos como a interdependência entre a vigência da educação e o vigor do poder.

Referindo a tal idéia, convém adicionar a educação como um fato comum a qualquer sociedade e inerente aos seus grupos constitutivos, responsável pela sua sustentação e prosseguimento a partir da transferência, as gerações que se sucedem, dos modos culturais de ser, estar e agir indispensáveis à coexistência e a adequação de um membro ao seu grupo ou sociedade.

Enquanto procedimento de integração e coexistência, a educação é exercida nos mais distintos ambientes de convívio social, seja para o ajuste do indivíduo a sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade. Nesse aspecto, a educação realiza a incorporação de conceitos de sociabilização e endoculturação, bem como, integra-se ativamente a relação de saber como poder.

A palavra poder, por sua vez, como senso comum tornou-se predominantemente revestida de um caráter único, caráter este que teria sido alvitre do negativismo acúmulo das mais variadas teorias políticas e filosóficas durante o transcurso do tempo.

Contudo, o poder não é fundamentalmente ruim. Para *Hobbes* (1979), como o homem é na verdade um ser apolítico e anti-social (o homem é lobo do homem), deve obrigatoriamente haver o imperativo do Estado e do uso do poder. Defendia que a República (*Leviatã*) deveria ser instalada com a finalidade de proteger os homens contra si mesmo e do seu estado natural - estado onde a vida seria uma guerra de todos contra todos -, porém para que isso não se concretizasse, tornar-se-ia imprescindível, que todo homem abrisse “mãos” de seus direitos e estabelecesse um contrato garantido pelo soberano com a possibilidade legítima do uso da força e do poder.

Os resultados e decorrências do poder (benéficos e/ou perniciosos) dependem muito mais dos interesses de quem os possuem e aplicam do que da própria essência do poder. Uma mesma ação pode quando direcionada distintamente apresentar implicações diversas. A educação é um exemplo disso.

A educação quando faz uso de padrões inclusivos universais atendendo a diversidade inerente à espécie humana, pode proporcionar o suprimento das necessidades educativas particulares de todos os sujeitos-alunos, com conteúdo efetivo, em um sistema consistente de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. As práticas pedagógicas quando buscam ser multifacetadas, dinâmicas e flexíveis geram mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas para a formação humana dos discentes e a transformação das relações família-escola e indivíduo-sociedade.

Em contrapartida, ALTHUSSER (1985), em seu esboço sobre os aparelhos ideológicos de estado, considerou que a escola assume uma função bastante específica na reprodução das relações de exploração social. Em suas palavras:

[...] é pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados, e entre explorados a exploradores.

Partindo da concepção de que a escola surgiu como a essência de organização do saber e na tentativa de acolher interesses específicos, a exclusão passa a moldar a forma social e a ser exercida como forma de poder, atrelando o conhecimento as amarras de uma educação indutiva, articulada a uma rede de interesses classistas. O homem que se insere na instituição é educado para fins passivo e pouco analítico. Segundo Lima (1996) a educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificação, especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força.

Foucault (2007) reconhece que o mais relevante aspecto do poder esta nas relações sociais. Indivíduos usam o poder, especialmente, na forma de dominação e coerção. Contudo o mais importante é compreender o poder e o seu envolvimento na produção e uso do saber. Isso se torna mais difícil em meio à complexidade da sociedade contemporânea, com sua multiplicidade de divisões de poderes, com fontes e formas distintas e combinações as mais diversas, requerendo assim um estudo minucioso e profundo.

3 A educação como fonte de poder

A personalidade, o patrimônio e a organização constituem fontes não mutuamente excludentes do poder. Pessoas e grupos podem se apoiar em qualquer uma delas, ou em todas elas, para se conectarem a energia do poder. A escola como instituição usufruí de cada uma separadamente e conjuntamente.

3.1 Personalidade

A personalidade é a soma dos atributos físicos, intelectuais, éticos, morais ou outras capazes de distinguir o que detém o poder daqueles que se submetem a ele. A personalidade, portanto, divide o comportamento. Cria a liderança e gera os líderes. Submete os adeptos à vontade dos líderes, que podem ser espirituais, políticos, acadêmicos, empresariais, familiares ou de qualquer área de manifestação do interesse humano.

No sistema educacional exemplos se materializam explicitamente nas relações horizontais (entre alunos de uma mesma sala, entre professores de uma mesma instituição, entre funcionários de um mesmo setor, entre escolas de uma mesma localidade) e verticais (entre alunos de séries diferentes, professores de níveis formativos distintos, entre cargos administrativos díspares, entre escolas de aportes e finalidades específicas).

Quando esse escalonamento ocorre de modo natural e tendo como fim o mérito pessoal as contradições se amenizam, porém, normalmente essas bifurcações são construídas de modo artificial e político acentuando os impasses e contradições de convivência.

Em outras palavras, em suas origens, o poder personificado (inclusive na esfera escolar) esteve impreterivelmente conexo à noção teológica do carisma, da bondade ou da força dívida ou opostamente baseada na força, opressão ou imposição física. Independente da procedência era um fato espontâneo. No presente, a personalidade carismática é um produto objetivado pelos meios de comunicação e, na maior parte das vezes, o líder nada mais é que um perito na aglutinação das aspirações e objetivos de seus liderados. Sobre isso, afirma FOUCAULT (2007)

[...] relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições [...].

Sejam quais forem às circunstâncias latentes da liderança, existe um ponto comum ao poder do líder: a necessidade de uma certeza absoluta, suprema e final (real ou aparente) nas próprias convicções e asserções transmitidas.

Os rituais empregados em sala de aula, reuniões departamentais, assembléias docentes, também conduzem a um equívoco sobre a personalidade como fonte de poder, isto porque os oradores falam regularmente para públicos já completamente condicionados às suas convicções, acomodando-se antecipadamente ao seu pensamento.

A descrição de um líder, tal como usualmente a sociedade o imagina, sofre de uma certa ambigüidade e como tal assim deve ser encarada. O líder passa a ser brilhante quando obtém a submissão dos outros aos seus objetivos, ou seja, quando consegue identificar para a comunidade, os seus projetos pessoais como se fossem coletivos.

O poder de um líder pode ser avaliado pela forma como consegue convencer os seus seguidores a aceitar as suas soluções para os problemas deles e, conseqüentemente, o seu caminho na concretização dos seus objetivos. Exemplos de ações desse tipo são comuns na atuação de líderes de sala, de representantes estudantis, de professores em processos de avaliação, de diretores escolares, de reitores universitários.

Quando esses objetivos são conseguidos, quando a sua personalidade entra em associação de proximidade com o seu eleitorado, poder-se-á desenvolver uma estrutura, que dotada de organização, se transformará em uma verdadeira e eficiente máquina política.

Não se pode esquecer que a própria educação funciona como instrumento formato de personalidades, pois através da educação se torna possível moldar, agregar e reconstruir saberes que poderão ser usados para diversos fins pessoais ou sociais. A própria essência da educação se materializa em ações que dependem de concepções e valores formados ou alterados dentro do meio acadêmico.

3.2 Patrimônio

A base patrimonial é uma clara fonte histórica do poder. Inicialmente, na forma da propriedade da terra, justificando as relações dominantes das elites sobre o trabalho produtivo, basicamente escravo ou servil. Subseqüentemente, na forma dos meios de produção, estabelecendo as relações entre o capital e o trabalho assalariado.

O patrimônio como fonte de poder, além de suas formas reais (ativos físicos) – terras, propriedades e construções – inclui formas líquidas (ativos financeiros) – como o

salário, lucro, juros, ações e títulos –, que apesar de não serem bens também proporcionam a aquisição dos mesmos.

Dentro desse contexto, o processo educativo normalmente acaba subjugado aos interesses materiais do sistema produtivo vigente. Tanto educando quanto educadores e instituições se submetem aos parâmetros mercadológicos.

O princípio da produtividade e da economicidade prevalecem. Como ações professores são obrigados a expandir suas horas em sala de aula, seus níveis de aprovação, sua contribuição científica e de extensão social em busca de melhores condições financeiras. Os alunos são levados a realizarem escolhas não por afinidade mas por dinheiro, os cursos são moldados em um tecnicismo excessivo preparando o indivíduo, em um intervalo cada vez menor, não para o trabalho, mas, para o empregado. As instituições passam a ter seus recursos vinculados a resultados mensurados por instituições governamentais e supranacionais, que ranqueiam a qualificação através de parâmetros puramente quantitativos.

Para MOURA (2006) tal situação vai repercutir na estruturação do currículo favorecendo as desregulações nas políticas e práticas curriculares do conhecimento oficial, as quais são provocadas em sua maioria pelos interesses político-eleitorais e produtivo-mercado que irão influenciar as reformas educativas, sobretudo, na implementação de um perfil de formação a ser incorporados nos currículos escolares, sobretudo, em segmentos específicos como da educação profissional, uma vez que:

A necessidade de adequar a formação profissional à demanda da produção e a educação aos reduzidos investimentos do Estado mínimo, o governo desenvolve políticas de separação entre formação acadêmica e formação profissional e aumenta a pressão sobre as escolas e os(as) seus(as) professores(as), acusando-os(as) de não desenvolverem as competências necessárias à inserção dos trabalhadores na sociedade do conhecimento. A nova política coloca as escolas e os consumidores da educação na competitividade do mercado. Seguindo esta lógica, a competitividade para as escolas, concorre para a melhoria do perfil, da sua organização e, conseqüentemente, para a oferta de serviços de qualidade, balizados através de currículo nacional e de avaliação. Para os consumidores, a competitividade facilita a escolha de melhores cursos e o desenvolvimento de competências mais adaptáveis às demandas do mercado. (IDEM, 2006)

Para FOUCAULT (1984) os saberes desenvolvidos nas escolas ratificam-se também como uma fonte, pois:

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou refletir.

3.3 Organização

A organização corresponde a uma reunião de indivíduos que teoricamente partilham os mesmos interesses e valores. Não é apenas a mais poderosa fonte do poder. É na verdade, essencial para a sua conquista. É em torno da organização - Igreja, Estado, Empresa, Escola, Partido Político, e outros – que lideranças e patrimônios obtêm os canais exigidos para as expressões do poder. Nenhuma categoria coletiva, grupo ou classe, pode atingir isoladamente o poder.

Direcionado a educação, *Michel Foucault*, salienta que a escola exerce sua função de forma egocêntrica, pois, seus principais formativos continuam os mesmos, independentes do momento em ação. De modo sintético, na escola perdura continuamente a incorporação de inovações pedagógicas, porém, o sujeito que sofre a ação serão sempre os alunos e não quem pensa e efetiva esses ideais, como se os alunos fossem agentes que não podem ultrapassar redes interconectadas, e sim, limitados a passividade oportuna das atuações impostas pela conjuntura sócio-econômica.

Segundo Foucault (2007):

[...] essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia [...] o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado e distribuído, repartindo e de certo modo atribuído.

Os conhecimentos ensinados vinculados exclusivamente com exigências profissionais e não com as necessidades de vivência social, excluem conhecimentos que impossibilitam qualquer possibilidade de transformação do modelo atual (capitalista). Em contrapartida firma-se toda uma cadeia de saberes inúteis que sustentam toda uma rede que é educativa e se diz educadora, sendo um fato verídico que a sociedade ainda paga para a disseminação de sua conveniente fragmentação, consolidando uma educação que ainda sustenta-se em um discurso cínico e ao mesmo tempo conexo e lacônico.

Partindo das idéias de *Foucault* compreende-se que a escola surge como necessidade de organização do saber e na tentativa de atender interesses particulares. Ao mesmo tempo a exclusão molda-se como forma de poder na fonte institucional. Nesse sentido a cada década firma-se um conjunto de obrigações formativos que solidificam a pobreza educacional das crianças, jovens e adultos que perpassam por escolas fomentadas por projetos puramente reprodutivos de um contexto, sem articulação nenhuma com a “real” necessidade do homem.

Nessa perspectiva, *Michael Foucault* (2007) afirma que se cria uma exterioridade para confirmar os princípios educativos, que se utilizam da teoria e da prática apresentada nas escolas para a construção de um sujeito verdadeiro que não ultrapassam os muros das instituições escolares, pois o habitual da escola tende a ser inacessível as desigualdades e resistente as variações de constituição do conhecimento.

Ironicamente, o maior desafio do presente é manter o padrão qualitativo que tem por meta a sustentação da demanda do mercado consumidor que a todo instante torna o ato de educar compensatório, assim resultante em uma mão-de-obra que seja suficientemente educada para obedecer sem questionar.

O conhecimento passa a não ser uma questão de astúcia na interação interpessoal, mas sim o poder e a forma que se posso usufruir dele.

4 Formas de poder

Foucault (2007) pondera que o poder não é um componente natural, não pode ser compreendido como “mercadoria”, como algo que se tem, perde ou partilha. Não existe para o autor uma natureza do poder, uma essência definida por certas características. Ao contrário, *Foucault* (2007) considera o poder como uma prática social, estabelecida historicamente, estando associado a aprendizados, técnicas e procedimentos, portanto, surgindo empiricamente quando exercitado em uma forma específica.

O poder, independentemente de suas fontes, pode assumir três formas de exercício – a coerciva, a compensatória, e a condicionada – sendo que as duas primeiras se refletem em alterações de mensuração do bem-estar do indivíduo subordinado, e a última no seu condicionamento irrestrito.

4.1 Poder coercivo (ou condigno)

O poder coercivo obtém a submissão pela imposição de elementos negativos – conseqüências desagradáveis ou dolosas – as preferências de pessoas ou grupos, em seus resultados a obter, visando desestimular sua adoção.

Há uma constante idéia de punição no poder coercivo, exemplos: O professor que pune com a reprovação o aluno; o Mestre que pune com a ignorância o discípulo; a

Escola que pune com a exclusão a indisciplina; o Estado que pune legalmente pela infração e delinquência; a Empresa que pune com demissão a improdutividade.

O monopólio legal do uso da força pelo Estado recai necessariamente nessa categoria de poder. A força é o poder coercivo nas suas expressões mais externas e extremas.

Merece ressalva a análise que *Galbraith* (1984) realizada entre organização e coerção. Ele considera que a organização, para ganhar estrutura, necessita que seus integrantes se submetam ao seu interesse, que em tese é um objetivo comum. Fica evidente que essa submissão se dará em maior ou menor grau a depender do nível em que esse objetivo seja efetivamente comum aos integrantes. O relevante a destacar é que o grau de coesão interna é que determina o poder da organização para alcançar os seus interesses externos, tendo normalmente como instrumento de ação a coerção. É uma conquista duplamente simétrica coesão-coerção, interna-externa dentro de um mesmo âmbito a organização.

Para FOUCAULT (2009):

Sua finalidade é menos de estabelecer um equilíbrio que de fazer funcionar, até um extremo, a dissimetria entre o súdito que o ousou violar a lei e o soberano todo-poderoso que faz valer sua força. Se a reparação do dano privado ocasionado pelo delito deve ser bem proporcionada, se a sentença deve ser justa, a execução da pena é feita para dar não o espetáculo da medida, mas do desequilíbrio e do excesso.

4.2 Poder compensatório

É uma expressão mais civilizada do poder. Contrariamente ao poder coercivo, que submete a vontade pela imposição ou aceno de perdas, o poder compensatório busca os mesmos objetivos pela imputação de elementos positivos – com conseqüências agradáveis ou benéficas – a certas alternativas de ação das pessoas ou grupos, visando sua adesão as mesmas.

Há uma constante idéia de prêmio no poder compensatório. Usando para a recompensa exemplos cotidianos, percebe-se que o Professor premia com a aprovação o estudo do aluno; o Mestre premia com o saber o conhecimento do discípulo; a Escola premia com titulação a permanência do educando; o Sindicato premia com a produtividade a compreensão do patrão; o Estado premia com a liberdade a obediência do cidadão; a Igreja premia com a absolvição a pureza do devoto.

Em todos os casos, está em jogo a inexorável racionalidade dos procedimentos (do cálculo entre custo/benefício), que são impulsionados pelos indivíduos na busca de adicionais de bem-estar.

Na era atual, a expressão mais valiosa do poder compensatório é, indubitavelmente, o prêmio em dinheiro. O incentivo monetário. A principal conexão da propriedade com o poder é, nestes termos, através da forma compensatória. A propriedade, e a renda a ela atrelada, fornecem os meios para a premiação da submissão.

Dentro dessa lógica, a escola tem papel central, como principal instituição disseminadora de progressão social, baseado no princípio de que o mercado não premia o esforço e sim o produto, bem como, tudo que é raro tem mais valor. Assim, a escola como organização classificatória e excludente fortalece as bases distorcidas de renda.

Para *Foucault* (2007) o poder não se explica pela sua função repressiva, pois, o seu objetivo não é tornar os homens improdutivos e sim controlá-los para que possam alcançar o máximo desenvolvimento de suas potencialidades, para que se lhes aumente a utilidade econômica, evitando os inconvenientes da insurreição.

4.3 Poder condicionado

Corresponde a mais sutil (e perigosa) das formas de poder. Consiste na adoção de métodos psico-ideológicos (tácitos) de persuasão, o que resulta na gradativa adoção, pelas pessoas ou grupos, como se fossem seus, os procedimentos submissos desejados pelo submissor.

A característica marcante desse poder é sua invisibilidade, a falta de consciência de sua existência, tanto por parte daqueles que o exercem como daqueles que se sujeitam. Os poderes coercivos e compensatórios são visíveis e diretos. Seus elementos são calculados e objetivamente considerados. O poder condicionado é transparente e subjetivo. Toma-se parte da natureza das pessoas, grupos e instituições.

Nessa área, as preferências podem ser cultivadas, sobretudo, pela propaganda e pela educação, que formam e transmitem um conjunto de informações persuasivas. Este é o condicionamento explícito. Podem ser também definidas pela própria cultura, ou seja, pelos valores historicamente determinados para os indivíduos e coletividades. Este é o condicionamento implícito.

É óbvio que o condicionamento explícito transforma-se gradualmente em condicionamento implícito, bem como o poder condicionado pode ser atrelado a aspectos físicos.

O condicionamento implícito e intangível é a forma suprema de poder. As preferências, aí, resultam de uma subordinação sequer aceita, apenas despercebida e, como tal, sem questionamentos. Para tanto, são estabelecidos certos padrões de valores, que resultam no cumprimento de papéis sociais indeclináveis, baseados estritamente em sentimentos, dos quais conformação, devoção e lealdade são artigos básicos e tão usualmente empregos na educação formal, independente da esfera pública ou privada.

A acomodação, fé (como certeza) e fidelidade do estudante a escola; do trabalhador ao trabalho; do empregado a empresa; do empresário a riqueza; do consumidor ao produto, são exemplos marcantes dessa forma de expressão do poder que solidificam a conjuntura social, econômica, política, cultural e educacional prevalecente. Assim, FOUCAULT (1997) afirma que a análise do poder deve prestigiar “um pensamento sem contradição, sem dialética, sem negação”.

5 Associação entre educação e as fontes e formas de poder

Ainda que não existam relações biunívocas, invariantes, entre fontes e formas de poder, algumas associações entre elas podem ser cogitadas.

O poder parece ter seu nascedouro nas figuras dos guerreiros e santos. Personalidade e poder coercivo são aí dominantes. Com a ascendência da agricultura sobre as demais atividades, a preponderância passa a ser da relação riqueza-recompensa. Nas sociedades modernas, o poder está ligado a organização e sua forma preferencial de expressão: o condicionamento. Da mesma forma como o desenvolvimento sócio-econômico impeliu a sociedade na direção da organização, impeliu a sociedade do castigo para a recompensa e, desta, para o condicionamento. Organização e condicionamento são hoje categorias ascendentes do poder. Como contrapartida, todas as nações civilizadas regulamentam exaustivamente o exercício do poder coercivo. A precisão dessa tarefa é o indicador mais claro do nível de civilização de uma comunidade, que constrói, para tanto, um maciço aparato jurídico-educativo.

Mas a organização também tem acesso ao poder coercivo – as punições de comportamento – e ao poder compensatório, de acordo com a riqueza e a renda que possuem. Essa evolução é palpável na história de instituições educativas, organizações originárias da necessidade de formalização e propagação do conhecimento e que, com o

tempo, acumularam poder pessoal e patrimonial para muitos que nelas se inseriram. Com o tempo, substituí métodos coercivos por compensatórios e estes por condicionantes, usados interna e externamente aos propósitos do sistema.

Estas considerações favorecem uma conclusão final: assim como existe uma evolução histórica das combinações entre fontes e formas de poder, existem inúmeras possibilidades atuais de combinação de diferentes graus de personalidades, patrimônio e organização, na formação de blocos de poder, o mesmo ocorrendo aos graus de coerção, recompensa e condicionamento, na formação de um bloco de expressão desse poder.

Assim o faz a educação. Mesclando a personalidade de professores e administradores aos rigores das normas e aos benefícios do orçamento, colocando em prática suas políticas de ensino, pesquisa e extensão todas preocupadas com os possíveis efeitos que repercutiram em seus papéis sociais submissos e submissores.

6 Considerações finais

O exercício do poder só pode ser limitado ou neutralizado por um exercício antagônico do próprio poder. Nestes termos, escola e educação correspondem a ingredientes da organização sócio-econômico-política que vem ganhando ascendência distorcida nas sociedades modernas. Escolas e sistemas educativos mercadológicos e despolitizados são valores consensuais universais. Nestes, o recurso da contraposição do poder inexistente, bem como, permanece inquestionáveis o poder do Estado, do Governo, do Mercado e do Capital Classista como agente reprodutivo de acumulação de renda e riqueza.

A resposta que poderia vir da consciência acadêmica proveniente de um sistema educativo crítico, analítica, lúcida, esmiuçasse em fontes e formas de poder vinculados intrinsecamente desde a sua concepção a aspectos hegemônicos, ratificando situações vigentes de desigualdade entre rendas, gêneros, etnias, naturalidades e, sobretudo, escolaridades.

O que outrora, consumia grande esforço da atividade política para restringir poder, no presente consiste em empenho estimulador. Naturalmente, se fala da educação, que em momentos anteriores da própria história brasileira (revolução de trinta, governos militares, diretas), já representou inquietação e excitações, hoje, vislumbra-se passiva ou, contrariamente, atuante pela manutenção de situações

questionáveis (como, regimes de produtividade, práticas dissimuladas de aprovação, programas massificados de instrução, dentre outros).

Perante estas constatações, exalta-se a atenção dos educadores ao examinarem e reavaliarem suas atitudes, ponderando a sua *práxis* diária, pois é imprescindível que se desperte o “espírito” de mudanças, saindo da acomodação para a ação, transformando a instituição escola em fomentadora de uma reflexão profunda sobre o que é necessário fazer e refazer para que a sociedade possa torna-se algo se não perfeitamente justo, ao menos equitativo nas oportunidades, igualitário no tratamento, fraterno nos relacionamentos.

A educação deve permanecer como uma relação de poder e de conhecimento, porem, onde o homem não mais se estrutura para o sistema, mas, para a descoberta de sua existência, analisando todas as alterações e mudanças do ser social, individual, humano.

7 Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

CASTRO, Magali de. **Relações de poder na escola pública de ensino fundamental: uma radiografia à luz de Weber e Bourdieu**. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

_____. **Contribuições da sociologia clássica e contemporânea para a análise das relações de poder na escola: um estudo do poder em Weber e em Bourdieu**. Educação e sociedade, Campinas, v.16, n.50, abr. 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II. O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no collège de Frande (1978-1979)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Tópicos).

_____. **Microfísica do poder**. 26 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 37. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GALBRAITH, Kenneth. **Anatomia do poder**. São Paulo: Pioneira, 1984.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Cadernos do cárcere**. Volume 5. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002,

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Col. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Para que servem as escolas?** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MOURA, Arlete Pereira. Desregulagens nas Políticas do Conhecimento Oficial. In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. MOURA, Arlete Pereira (Orgs). **Políticas educacionais e (re)significações do currículo**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2006.

NIDELCOFF, Maria Teresa. **Uma escola para o povo**. Tradução: João Silverio Trevisan. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OESSELMANN, Dirk Jurgen. **Poder e participação no exercício democrático: insistindo no impossível**. Belém, 2001. (Mímeo)

STRATHERN, Paul. **Foucault (1926-1984) em 90 minutos (filósofos em 90 minutos)**. Tradução: Cássio Boechat; consultoria Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAVIANI, Demerval. **Neo-liberalismo ou pós-liberalismo? Educação pública, crise do Estado e democracia na América Latina**. In: Estado e educação. Campinas: Papirus, 1992.

TELES, Maria Luiza Silveira. **Educação: a revolução necessária**. 5. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.